



O processo de expansão da educação superior no Brasil, como resultado de uma abertura para exploração da atividade com fins lucrativos e, posteriormente, como política pública de inclusão social, representou um incremento substancial no número de instituições, cursos e matrículas. Para que os impactos econômicos e sociais da educação superior sejam concretizados, no entanto, é essencial uma oferta de qualidade – e essa responsabilidade é atribuída constitucionalmente ao Estado.

A presente obra analisa o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e propõe instrumentos para que a avaliação de qualidade seja direcionada à melhoria contínua dos indicadores oficiais, a partir de uma abordagem responsiva à política regulatória da educação superior, como forma de garantir o direito constitucional à educação com qualidade.

Direito e Políticas públicas

Rodolfo de Carvalho Cabral

Prefácio

Loussia Penha Musse Felix

Apresentação

Tristan McCowan

REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O desafio da expansão com garantia da qualidade

Área específica

DIREITO PÚBLICO

Áreas afins do livro

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS,
REGULAÇÃO

Palavras-chave

REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR;
POLÍTICAS PÚBLICAS; GARANTIA DA
QUALIDADE; DIREITO À EDUCAÇÃO;

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3314

C117r

Cabral, Rodolfo de Carvalho

Regulação da educação superior: o desafio da expansão com garantia da qualidade / Rodolfo de Carvalho Cabral. Belo Horizonte: Fórum, 2024. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 11).

304 p. 14,5x21,5cm

(Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 11)

ISBN 978-65-5518-659-8

ISBN da coleção: 978-65-5518-447-1

1. Regulação da educação superior. 2. Políticas públicas. 3. Garantia da qualidade. 4. Direito à educação. I. Título.

CDD: 370

CDU: 37

Rodolfo de Carvalho Cabral é Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), com estágio doutoral no *Institute of Education* da *University College London* (IOE/UCL). Mestre e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Procurador Federal na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente exerce a função de Consultor Jurídico do Ministério da Educação.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Loussia P. Musse Felix	17
APRESENTAÇÃO	
Tristan McCowan	21
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1	
EDUCAÇÃO SUPERIOR: EXPANSÃO, QUALIDADE	
E REGULAÇÃO	39
1.1 Introdução	39
1.2 Educação como direito	40
1.2.1 Previsão normativa e significados	40
1.2.2 Direito à educação superior	46
1.3 Expansão da educação superior: de um sistema de elite	
para um sistema de massa	50
1.4 Educação superior e desenvolvimento	55
1.5 O Estado e a regulação da educação superior: garantia da	
qualidade	60
1.5.1 Expansão e garantia da qualidade	60
1.5.2 Regulação e educação superior	61
1.6 Conclusões	65
CAPÍTULO 2	
CONTEXTO E MARCO REGULATÓRIO DA EDUCAÇÃO	
SUPERIOR NO BRASIL: O DESAFIO	
DA EXPANSÃO COM QUALIDADE	67
2.1 Introdução	67
2.2 Contexto regulatório da educação superior	68
2.3 Marco regulatório da educação superior	76
2.3.1 Estrutura normativa	76
2.3.2 Organização institucional	84
2.4 Políticas de expansão	89
2.4.1 Expansão pelo mercado	90
2.4.2 Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano de	
Desenvolvimento da Educação (PDE)	97
2.4.3 Políticas de fomento ao setor privado	100
2.4.4 Fomento ao setor público	110
2.5 Conclusões	114
CAPÍTULO 3	
A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A GARANTIA	
DA QUALIDADE E A CONSTRUÇÃO DO SINAES	117
3.1 Introdução	117
3.2 Qualidade da educação superior: diferentes concepções	118
3.3 Avaliação da qualidade: sistemas e modelos	127
3.4 Avaliação da educação superior no Brasil: antecedentes	133
3.4.1 Reforma Universitária de 1968	133
3.4.2 Avaliação pela Capes e iniciativas isoladas de	
instituições	136
3.4.3 Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru)	137
3.4.4 Nova política para a educação superior brasileira	139
3.4.5 Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior	
(Geres)	141
3.4.6 Programa de Avaliação Institucional das Universidades	
Brasileiras (Paiub)	143

3.5	Exame Nacional de Cursos (ENC).....	147
3.6	Construção do Sinaes	153
3.6.1	Comissão Especial de Avaliação (CEA)	153
3.6.2	Lei do Sinaes	158
3.7	Sinaes como sistema de avaliação: avanços	162
3.8	Conclusões	165

CAPÍTULO 4

A IMPLEMENTAÇÃO DO SINAES: REGULAÇÃO E

INDICADORES	169	
4.1	Introdução	169
4.2	Sinaes como política pública: análise sob o método Direito e Políticas Públicas	170
4.2.1	Sinaes como política pública	170
4.2.2	Abordagem Direito e Políticas Públicas	175
4.3	Processo de implementação do Sinaes.....	178
4.3.1	Construção dos indicadores	188
4.4	Indicadores de qualidade.....	191
4.4.1	Indicadores do Enade: Conceito Enade e IDD.....	192
4.4.2	Conceito Preliminar de Curso (CPC)	198
4.4.3	Índice Geral de Cursos (IGC)	201
4.4.4	Conceitos da avaliação <i>in loco</i>	204
4.5	Ciclo avaliativo	206
4.6	Conclusões	208

CAPÍTULO 5

ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DO SINAES

211		
5.1	Introdução	211
5.2	Avaliação das políticas públicas	212
5.3	Experiências de avaliação de processos do Sinaes	217
5.4	Avaliação dos resultados do Sinaes.....	229
5.4.1	Elementos para uma avaliação dos resultados do Sinaes	229
5.4.2	Evolução dos insumos do Censo da Educação Superior	231
5.4.2.1	Grau de formação docente.....	231
5.4.2.2	Regime de trabalho dos docentes	237
5.4.2.3	Relação matrícula/função docente em exercício	241
5.4.2.4	Docentes com bolsas de pesquisa e de extensão	243
5.4.3	Evolução dos indicadores de qualidade	246
5.5	Conclusões	249

CAPÍTULO 6

A REGULAÇÃO POR INCENTIVOS E A POLÍTICA DE GARANTIA DA QUALIDADE

253		
6.1	Introdução	253
6.2	Teoria da regulação responsiva.....	255
6.2.1	Persuasão como estratégia regulatória	255
6.2.2	Regulação por incentivos.....	263
6.3	Repercussão e aplicação da regulação responsiva	268
6.4	Articulação entre regulação por incentivos e política de garantia da qualidade.....	270
6.4.1	A regulação de conformidade na educação superior	272
6.4.2	Regulação por incentivos na educação superior: possibilidades	275
6.5	Conclusões	281

CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	291
-------------------	-----